# A indefinição do voto é uma resposta ao jogo eleitoral

Simon Schwartzman

*Jornal do Brasil*, Caderno Especial, p. 2, 12 de setembro, 1982.

As pesquisas de opinião pública vêm mostrando que cerca da metade dos eleitores, em todo o país, está indecisa em relação às próximas eleições. A maioria não tem noção do que seja o voto vinculado, e a indecisão aumenta muito quando passamos do nível de governador para o de senador, deputado, etc.

Além disto, estudos anteriores mais aprofundados mostram que mesmo a existência de uma escolha eleitoral não significa que o votante tenha uma idéia muito clara de seu candidato ou partido. Escolhe-se um candidato com muito menos informação do que em uma aposta na loteria esportiva.

A perplexidade parece ser grande. Será que o povo sabe, realmente, votar? Estes dados não invalidariam todo o processo político partidário, que tem como premissa a necessidade de ouvir e respeitar a preferencia popular?

Este fato não é novo no Brasil, e nem peculiar às eleições brasileiras. No entanto, ele parece estar particularmente exacerbado nestas eleições. Quando encarado de frente, ele costuma provocar duas reações contraditórias. A primeira, conservadora, e a de que "o povo realmente não sabe votar", e que consequentemente as eleições não passam de um desperdício de tempo, dinheiro e esperanças. A outra é que o povo "ainda" não tem consciência de seus verdadeiros problemas e interesses, está alienado pela propaganda, e que por isto precisa ser esclarecido , ensinado, ajudado. Tanto um quanto o outro, portanto, concordam em que "o povo não sabe votar", com a diferença que os mais liberais acreditam que ele pode aprender, enquanto que os outros não o creem ou não o desejam.

Eu gostaria de sugerir, no entanto, que este desconhecimento em relação às eleições não é um indicador de incapacidade ou alienação, mas uma resposta perfeitamente racional e adequada ao processo político eleitoral que estamos vivendo.

Todos sabemos que o sistema político eleitoral brasileiro foi bastante esvaziado nas últimas décadas. Além das idas e vindas com a organização dos partidos, o governo central passou a assumir cada vez mais os poderes dos governos estaduais e municipais, por um lado, e do legislativo por outro. Este esvaziamento teve como uma das principais consequências o fato de que, hoje, os postos eletivos não são a via mais poderosa e efetiva para quem queira fazer coisas de interesse público ou se relacionar com o governo (mais vale, por exemplo, gerir ou ter influências junto a um dos grandes ministérios ou empresas estatais, ou junto ao sistema financeiro governamental). Honrosas exceções sempre existem, mas de uma maneira geral, quem se dispõe a disputar algum cargo eletivo em condições como esta busca ou se beneficiar de um alinhamento automático com o governo, e dos benefícios clientelísticos dele decorrentes, ou, se na oposição, fazer de seu cargo um ponto de apoio para a crítica ao governo central. Assim, enquanto os políticos do governo se especializam cada vez mais na política outrora chamada "fisiológica", os da oposição se especializam na política ideológica.

A dinâmica eleitoral, tal como está posta, tende a acentuar ainda mais esta polarização. Dado o esvaziamento real dos cargos eletivos, setores do governo tentam alimentá-los à última hora pela transferência de fatias cada vez maiores do setor público à arena política, na forma de empregos ou gastos governamentais ligados a obtenção de votos. É uma substituição de um conceito grande por um conceito pequeno do que significa fazer política, em benefício de certos candidatos, mas com prejuízo para a sociedade como um todo, e para o próprio funcionamento da máquina governamental. Esta partidarização do Estado encontra sua contrapartida em setores da oposição, que tratam de arrastar todas as instituições sociais mais autônomas à disputa eleitoral, dos sindicatos as associações profissionais, das associações de bairro aos clubes de futebol. No Rio de Janeiro, onde a oposição é governo, os dois processos se aproximam um do outro.

É claro que uns e outros encontram seus adeptos. Muita gente vota para ter no governo um amigo, um parente ou pessoa de sua região um categoria profissional. Muitos outros,

e cada vez mais nos grandes centros urbanos, votam de forma plebiscitária, a favor ou, mais frequentemente, contra o governo como um todo. O voto plebiscitário tende a se fixar em um nome, normalmente no candidato ao nível eletivo mais alto, deixando de lado os demais. O voto clientelístico, ao contrário, tende a se fixar em candidatos particulares, independentemente de sua vinculação partidária e eventuais companheiros de chapa.

As limitações no entanto, são grandes. Nem todos podem ser clientes do governo, e, além disto, as principais formas de clientelismo não passam, hoje, pelos cargos eletivos. É por isto, aliás, que o governo tende a ter mais força nos estados e cidades pequenas, onde seu peso relativo é maior. O voto ideológico, por sua vez, traz pouco mais do que uma satisfação psicológica, e assim mesmo limitada a setores mais intelectualizados da população.

Sem encontrar na via eleitoral um caminho minimamente adequado para a solução de seus problemas, desiludido da degradação da vida pública provocada pelo clientelismo e pela retórica política ideológica, o eleitor não se dá ao trabalho de se informar, desliga a TV antes do fim do debate dos candidatos, e não se decide. Ao final, como o voto é obrigatório, terminará optando pelo mais simpático, ou menos ruim. Isto se não se confundir com a cédula, ou preferir votar em branco. Do ponto de vista do eleitor, tomado individualmente, este é um comportamento perfeitamente racional e lógico. Ele resiste a um sistema eleitoral que lhe dá pouco em troca, e o faz muito bem.

* * *

Que fazer, diante desta situação? Creio que existem três coisas importantes a considerar.

A primeira, fundamental, é que o sistema político eleitoral se aperfeiçoa com mais eleições, e não com menos. Apesar das imperfeições que existem em toda a parte, os sistema políticos abertos funcionam geralmente melhor do que os fechados . Os candidatos eleitos pelo voto não são piores, e frequentemente tendem a ser melhores do que os indicados por vias elitistas pouco claras. O processo eleitoral, pela sua simples existência, permite a circulação de ideias, a discussão das grandes e pequenas questões nacionais, e ampliam a faixa de garantias e direitos dos cidadãos. As eleições são

indispensáveis como processo, mesmo que seus mecanismos e resultados não sejam sempre os melhores.

A segunda é que o sistema eleitoral, para ser mais valorizado, precisa ser aperfeiçoado, e isto de dois pontos de vista. Primeiro, é preciso haver uma reorganização do sistema partidário, das regras de representação, dos mecanismos de voto, para que a relação entre eleitor e eleito se torne mais nítida. É claro que isto não pode ser feito em pleno ano eleitoral, porque qualquer modificação pode ter efeitos a favor ou contra determinados partidos. Mas será necessário examinar questões tais como o voto distrital, o voto do analfabeto, o voto voluntário, o fim das vinculações, a criação de partidos regionais, a liberdade de coligações, etc., do ponto de vista do aperfeiçoamento do sistema eleitoral, e não, como tem sido predominante até agora, em função de eventuais ganhadores ou perdedores. O outro ponto de vista de valorização se refere aos próprios cargos. Não adianta ter um sistema eleitoral aperfeiçoado se o Congresso não tem poderes, se os governadores e prefeitos não tem recursos, etc.

Estas duas coisas estão intimamente vinculadas entre si. Na medida em que o processo eleitoral é mais legítimo, os cargos eletivos tornam-se mais fortes, e vão conquistando cada vez mais responsabilidade, de fato e de direito. Isto, por sua vez, valoriza mais o processo eleitoral.

Finalmente, é importante colocar o sistema eleitoral e partidário em seu devido lugar. Por mais fundamental que ele seja para o funcionamento de uma sociedade aberta, ele jamais poderá canalizar todos os esforços. anseios e preocupações da população. A vida é complexa demais para isto, e ela se desenvolve sempre em uma multiplicidade de planos e áreas - na família, no trabalho, na profissão, na escola, na Igreja - dos quais a política partidária e apenas um. É claro que todas estas coisas tem sua política própria, e seus pontos de contato com a política partidária mais geral. Mas a hiperpolitização de todos os setores da vida quotidiana, quando ocorre, coloca um peso demasiado alto no sistema político partidário, e o leva, frequentemente, a formas de dominação totalitárias. Esta relativa redução do peso da política partidária, mediante o fortalecimento de outras formas de participação social, parece ser contraditória com a consideração anterior, de

fortalecimento e aperfeiçoamento do sistema político eleitoral, mas um pouco de reflexão basta para vermos que elas são absolutamente complementares.

* * *

Tudo isto pode parecer muito genérico e desligado da realidade presente, que são as eleições que se aproximam e as dificuldades eventuais trazidas pela indefinição do voto. Na realidade, a implicação é exatamente esta: as eleições de 1982 são importantes como processo, pelo fato de que existem, mas são eleições muito imperfeitas, cujos resultados, por eles mesmos, dificilmente alterarão de forma muito significativa a realidade que hoje vivemos.

Estar indeciso, não conhecer bem os candidatos, preferir não se envolver demasiado nos preparativos eleitorais não deve ser razão de culpa nem vergonha para ninguém É isto que a maioria do povo está fazendo, e, neste caso pelo menos, o povo sabe o que faz. Quem sabe se, atribuindo ao sistema político partidário somente a importância relativa que ele tem, não poderemos contribuir de forma também efetiva para que ele encontre, finalmente, seu lugar.